

A MEMÓRIA DE UM INQUÉRITO NA CULTURA ARQUITETÓNICA PORTUGUESA

MARTA LALANDA PRISTA

Centro em Rede de Investigação em Antropologia (CRIA),
Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa (FCSH-UNL)

Desde finais do século XIX que a arquitetura popular tem sido alvo de uma atenção particular em Portugal, que manifesta o interesse mais vasto da modernidade pelo universo rural, enquanto testemunho de um modo de vida tradicional e modalidade de representação de identidade. Num primeiro momento, este interesse foi marcado pela procura das invariáveis de uma arquitetura especificamente portuguesa e guiado por desígnios nacionalistas e nacionalizantes. A sua expressão mais significativa foi o movimento da Casa Portuguesa, entendido como formalização do léxico gramatical proposto por Raul Lino pela política cultural e produção do espaço do Estado Novo. Contra este ideário e sua prescrição, um segundo momento assistiu à revisão da arquitetura portuguesa na diversidade das suas expressões regionais. Para os arquitetos, esta reflexão foi protagonizada pelo Inquérito à Arquitectura Regional Portuguesa, em 1955, e consagrada pela publicação dos seus resultados em *Arquitectura Popular em Portugal* (1961)¹. Casa Portuguesa e Inquérito são, assim, objetos particulares na histó-

ria da arquitetura em Portugal que reúnem modos distintos de pensar e agir sobre o universo rural e popular durante o século XX português. No entanto, se a primeira foi reproduzida acriticamente, vilipendiada pelos intelectuais modernos e repensada pelas elites pós-modernas, já o Inquérito goza de um lugar relativamente seguro na história, sendo recorrentemente citado no pensamento e prática da arquitetura contemporâneos.

No panorama dos anos 1950 em Portugal, não há dúvida que o Inquérito constituiu uma iniciativa de fôlego e uma experiência extraordinária para os seus protagonistas, ímpar na abrangência territorial e no quadro da investigação disciplinar. Mas este texto fala da qualidade de emblema que o Inquérito adquiriu após a sua realização. Dito de outra forma, procura-se compreender o modo como a *Arquitectura Popular em Portugal* tem tido lembrada nas últimas seis décadas, fomentando diálogos sobre categorias de cultura e pontuando a história da arquitetura e dos arquitetos portugueses, apoiando a reivindicação de uma autoridade e

¹ A ideia de um levantamento da arquitetura popular em Portugal foi primeiro lançada por Francisco Keil do Amaral em *Uma Iniciativa Necessária*, publicada na revista *Arquitectura* (1947). Proposta ao Instituto para a Alta Cultura em 1949, a iniciativa só receberia o apoio e financiamento público em 1955, pelo Ministério das Obras Públicas e concedido ao Sindicato Nacional dos Arquitectos. O levantamento foi realizado por 18 arquitetos divididos em seis equipas e zonas do país, cada qual composta por um arquiteto diplomado e dois estagiários. Na zona 1 - Minho, chefiada por Fernando Távora, trabalharam Rui Pimentel e António Menéres; na zona 2 - Trás-os-Montes, chefiada por Octávio Lixa Filgueiras, trabalharam Arnaldo Araújo e Carvalho Dias; na zona 3 - Beiras, chefiada por Keil do Amaral, trabalharam Huertas Lobo e João Malato; na zona 4 - Estremadura, chefiada por Nuno Teotónio Pereira, trabalharam António Pinto de Freitas e Francisco Silva Dias; na zona 5 - Alentejo, chefiada por Frederico George, trabalharam Azevedo Gomes e Mata Antunes; e na zona 6 - Algarve, chefiado por Artur Pires Martins, trabalharam Celestino de Castro e Fernando Torres.



autonomia profissionais e informando e sendo informada pela construção de uma identidade disciplinar². Trata-se de uma qualidade de emblema manifesta num conjunto de materiais escritos que, diferenciados na forma, no tempo e no conteúdo, constroem uma memória do Inquérito na cultura arquitetónica portuguesa.

Entre estes materiais contam-se as reedições do Inquérito em 1980, 1988 e 2004, as notícias da sua realização na imprensa especializada e generalista³, e a sua recordação em entrevistas e artigos de opinião⁴. Abordagens teórico-científicas ampliaram este conjunto de cariz noticioso com obras de referência da história (e.g. França 1974), monografias académicas (e.g. Tostões 1994), catálogos de exposições e atas de congressos⁵ pesquisas que tomaram o Inquérito como inspiração para novos olhares sobre as arquiteturas portuguesas (e.g. Caldas et al 2000). Este acervo não foi, todavia, publicado de forma repartida no tempo. Na verdade, só com a década de 1970 o Inquérito adquiriu um lugar na história da arquitetura, tendo a sua menção sido, até então, restrita à esfera noticiosa e a reflexões sobre a prática profissional na imprensa especializada⁶. A notoriedade do Inquérito demoraria mais duas décadas a consolidar-se e só com a passagem do ano 2000, as suas referências se multiplicaram, motivadas por uma intensificação da investigação em arquitetura e pela renovação do interesse pelo património popular⁷.

O modo como esta literatura convoca a Arquitectura Po-

pular em Portugal é diverso. Mas independentemente da maior ou menor profundidade como o Inquérito é tratado, é possível distinguir os materiais citados em função do seu principal enfoque temático – o popular e a arquitetura. No primeiro grupo incluem-se pesquisas sobre o popular como categoria de cultura que tem expressão e investimento na arquitetura (e.g. Mestre 2001). Estes materiais dialogam com pesquisas de outras áreas disciplinares que se debruçam sobre o Inquérito (e.g. Leal 2000), sobre a arquitetura tradicional (e.g. Oliveira e Galhano 1992) e reveem a categoria de popular na arquitetura (e.g. Villanova, Leite e Raposo 1995), estimulando uma ampliação do olhar da arquitetura sobre o seu objeto disciplinar (e.g. Tavares 2008). Um segundo grupo coloca o Inquérito na história dos arquitetos e da arquitetura portuguesa (e.g. Portas 1978), suscitando a sua tematização em pesquisas sobre o modo específico de pensar e fazer arquitetura em Portugal (e.g. Costa 1995) nos planos teórico-académicos e na prática projectual (e.g. Fernandes 2010). No conjunto, estes materiais apresentam o Inquérito como produto e produção de cultura arquitetónica. Algumas das suas formulações são relativamente consensuais, como a heterogeneidade dos resultados do Inquérito (e.g. Fernandes, Maia e Almeida 1986) ou a abertura que promoveu a novos campos de intervenção e formação disciplinar (e.g. Fernandez 1988). Outras reflexões suscitam maior controvérsia, nomeadamente sobre o pioneirismo do Inquérito (e.g. Almeida 2008), as relações entre arquitetos

² Esta comunicação integra uma pesquisa de pós-doutoramento financiada pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia (ref. SFRH/BPD/75978/2011).

³ E.g. revista *Arquitectura* 62 (1958) e *Diário de Lisboa*, edição de 23-4-1958.

⁴ E.g. Entrevista a Francisco Keil do Amaral na revista *Arquitectura*, 125 (1972) e reflexão de Nuno Teotónio Pereira a propósito do Congresso Internacional de *Arquitectura Popular* no Porto em 1998, publicada no *Jornal Arquitectos*, 95 (2000).

⁵ Particularmente importantes são as atas do congresso internacional *Surveys on Vernacular Architecture: Their Significance in 20th Century Architectural Cultural*, realizado entre 17 e 19 de Maio de 2012 na ESAP, Porto.

⁶ A revista *Arquitectura* foi a principal arena destes ecos. A título de exemplos, veja-se no plano teórico o artigo *Tradicionalismo e Evolução* de António Pinto Freitas (1959, 66: 31-37), e no plano da prática a revisão da obra de Fernando Távora (1961, 70).

⁷ A este respeito, é de sublinhar o impacto do Processo de Bolonha no aumento significativo de monografias académicas de arquitetura e a realização recente de várias exposições e colóquios sob a égide da arquitetura popular.



e poder político no exercício da profissão (e.g. Cardoso e Maia 2011) ou o papel do Inquérito no compromisso da modernidade com a tradição na arquitetura portuguesa (e.g. Ollero 2001).

Esta literatura é inequívoca quanto ao lugar do Inquérito para a arquitetura e os arquitetos portugueses mas, porque reúne pesquisas com temas e terrenos mais vastos do que o estudo do seu processo e resultados, tem sido associada a uma relativa pobreza da historiografia do Inquérito (Maia e Cardoso 2012). Numa outra perspectiva, contudo, este conjunto de materiais constitui uma fonte para compreender como a *Arquitectura Popular em Portugal* adquiriu um duplo valor de património enquanto obra que testemunha um mundo popular e rural desaparecido, e momento histórico que assinala modalidades específicas de pensar, fazer e institucionalizar a arquitetura. Privilegiando os modos de olhar a arquitetura popular do Inquérito, ao invés de procurar reconhecer-lhe propriedades, é possível escapar ao "fetichismo textual" que musealiza e objetifica a cultura popular, para melhor compreender os seus processos de categorização (cf. Storey 2003). Os materiais que revisitam o Inquérito mostram como certos traços e significados são lembrados e esquecidos em diferentes tempos e contextos políticos, económicos, sociais e culturais, desde a década de 1960. Enquanto memória do Inquérito, falam assim, simultaneamente, de passado e de presente (cf. Misztal 2003). Examinar o modo como o Inquérito tem sido convocado, representado e atualizado conta, portanto, uma história sobre a arquitetura popular enquanto expressão de uma categoria cultural que é dinâmica e processual, negociada entre o interior e o exterior da disciplina, mas também mobilizada como saber específico e investimento de uma classe profissional, num projeto de autonomização, valorização e profissionalização da arquitetura (cf. Abbott 1988).

Naturalmente, não cabe aqui uma análise exaustiva sobre tudo o que foi dito e pensado sobre o Inquérito. Os vários prefácios de *Arquitectura Popular em Portugal* afigu-

ram-se, todavia, como material particularmente adequado para encetar a reflexão. Redigidos na véspera das quatro publicações de *Arquitectura Popular em Portugal*, os prefácios são a forma primária de revisitação do Inquérito pela organização civil dos arquitetos e anunciam o posicionamento institucional face ao Inquérito em diferentes momentos da história recente da arquitetura portuguesa. Têm erradamente sido vistos como parte integrante de *Arquitectura Popular em Portugal* (Maia e Cardoso 2012) e não encerram todo o debate sobre a mobilização do Inquérito pelos arquitetos e história da arquitetura. Mas são um ponto de partida para compreender o lugar de memória que o Inquérito possui na cultura arquitetónica portuguesa

O INQUÉRITO COMO CONHECIMENTO

Prefaciada pela direção do Sindicato Nacional dos Arquitectos (SNA)⁸, a publicação de *Arquitectura Popular em Portugal* em 1961 apresenta a primeira leitura institucional do Inquérito, destacando dois aspetos. O primeiro diz respeito à apreciação da obra como "largo e rico material de investigação e estudo" e à antecipação que "dele outros trabalhos hão-de com certeza resultar (...) que não dizem apenas respeito à *Arquitectura*, mas a outros sectores culturais" (OA 2004 [1961]: xiii). Um segundo aspeto remete para o esforço do investimento e alarga a saudação aos arquitetos que realizaram o trabalho de campo aos corpos dirigentes do SNA, a quem "coube levar a cabo esta tarefa", e ao Ministro das Obras Públicas Arantes e Oliveira, "que desde logo compreendeu o alcance da iniciativa e a acolheu com todo o entusiasmo" (OA 2004 [1961]: xiii). A ideia que fica é da produção de um conhecimento promovida pela organização dos arquitetos e viabilizada económica e institucionalmente pelo Estado.

Ora, se há consenso na literatura que aborda a *Arquitectura Popular em Portugal*, este é precisamente sobre a heterogeneidade do conhecimento publicado. Efetivamente, os resultados do Inquérito mostram um maior interesse pela

⁸ Inácio Peres Fernandes, Manuel Tainha, Rui Mendes de Paula e Rafael Botelho.



história e pelas formas de povoamento da equipa do Miño, diálogos mais próximos da arquitetura com as realidades socioculturais em Trás-os-Montes, o cuidado na abordagem cartográfica e tipológica pela equipa das Beiras, a preocupação metodológica dos arquitetos que trabalharam na Estremadura, a ênfase tecnológica do levantamento no Alentejo e a primazia da estética moderna no olhar da equipa do Algarve. É notória uma distinção mais global entre zonas a norte e a sul do país, que desde as primeiras tematizações do Inquérito pela literatura científica é associada à influência das Escolas do Porto e de Lisboa (e.g. Portas 1978). Mas há preocupações transversais a todas as equipas, nomeadamente com modos de ocupação do território, estruturas de povoamento, materiais e técnicas de construção, condições geoclimáticas, questões económicas e de organização social, hábitos e costumes, valores plásticos e formais. A heterogeneidade encontrada em *Arquitectura Popular em Portugal* resulta, assim, mais de uma diversidade de aproximações à arquitetura popular, do que parâmetros diferentes de inquirição, ou até do que a variedade formal e tipológica do seu objeto de estudo (Leal 2000).

Esta diversidade de abordagens é desde cedo imputada à falta de preparação metodológica e teórica das equipas (Fernandes, Maia e Almeida 1986) e ao enviesamento estético de arquitetos militantes do funcionalismo e racionalismo da arquitetura moderna (Portas 1978), por vezes até a um certo moralismo nostálgico decorrente das suas preocupações com os novos problemas da cidade (Mendes 1987). Assim, para alguns autores, o Inquérito enquanto instrumento de produção de conhecimento apresenta fragilidades científicas. Outras pesquisas, porém, minorizam tais formulações na definição dos critérios comuns que a introdução de *Arquitectura Popular em Portugal* apresenta e na sua maleabilidade como resultado autonomia conferida às equipas na sua aplicação, em função das vicissitudes

dos seus terrenos (Tostões 1994, Ollero 2001)⁹. O certo é que a fragilidade científica do Inquérito só pode ser avaliada se enquadrada no contexto histórico específico da sua realização (Caldas 1999) e, segundo os seus protagonistas, este é marcado pela ausência da investigação e da história da arquitetura portuguesa nas Escolas, pelo fervor modernista, pelo devir da interdisciplinaridade e da conceção da arquitetura não monumental como património¹⁰.

Face à dimensão de análise proposta, sobre a memória do Inquérito, o que se argumenta é que esta diversidade de aproximações à arquitetura popular pode também ser entendida como uma qualidade que facilitou o lugar ampliado do Inquérito na cultura arquitetónica portuguesa, independentemente do debate sobre as suas fragilidades científico-metodológicas. É um argumento que parte da conceção de categorias de cultura como construções intelectuais que formalizam distinções sociais em processos ativos, contextuais e contingentes de produção e comunicação de significados culturais operados entre a estrutura dos sistemas e instituições e a agência dos indivíduos (Storey 2003). Desenvolve-se por isso a partir de duas leituras centrais: uma sobre o interesse e poder dos protagonistas do Inquérito em se pronunciar sobre a cultura popular; outra sobre a motivação e mobilização do Inquérito nos vários sistemas de produção da arquitetura.

Neste sentido, em primeiro lugar, é preciso compreender que, ao partir no Inquérito, os arquitetos participaram numa reinvenção da cultura popular, ao realizar um capital social que detinham por via familiar e escolar, e um capital intelectual que adquiriram pelo reconhecimento oficial da sua autoridade em matéria de arquitetura. Recorde-se que vários dos protagonistas do Inquérito pertenciam a quadros técnicos nacionais, Frederico George e Keil do Amaral movimentavam-se no meio artístico, Keil e Távora tinham títulos de nobreza e Teotónio Pereira e Celestino de Cas-

⁹ Estes autores citam também o documento "Objectivos do Inquérito e normas para a sua realização" (s.d.), mas a sua validade tem sido questionada (e.g. Almeida 2008, Maia e Cardoso 2012).

¹⁰ Entrevistas realizadas a Nuno Teotónio Pereira, Francisco Silva Dias e António Menéres (2012), pela autora; entrevistas realizadas a Fernando Távora e Nuno Teotónio Pereira (1996) por João Freitas Leal e a Celestino de Castro (2004) por Tiago Mota Saraiva.



tro familiares nos mais altos cargos do aparelho de Estado. No conjunto, eram indivíduos letrados, com boas relações institucionais, que conheciam o estrangeiro e o mundo rural (ou parte), e partilhavam inquietações sobre o ensino, a prática e o lugar disciplinar e social da profissão de arquiteto¹¹. Faziam assim parte de uma elite moderna que tinha por função social a transmissão de ideias e conhecimento e a organização da vida moral e intelectual da sociedade (cf. Storey), exercitando um capital e um poder simbólico na construção da arquitetura popular como objeto de apreciação cultural e erudita.

Este processo de reinvenção da arquitetura popular portuguesa não se cingiu apenas à ação dos arquitetos. Desde finais do século XIX que ensaístas, historiadores, engenheiros e etnógrafos se debruçavam sobre o tema. Em meados do século XX, era porém os arquitetos e os antropólogos que maiores afinidades possuíam na aproximação à arquitetura popular enquanto reflexo de modos de vida tradicional e tecnologias de produção rural, respetivamente (cf. Leal 2000). Pese embora esta proximidade, a relação da arquitetura com a antropologia neste processo é repleta de equívocos e omissões. Desde logo, a *Arquitectura Popular* em Portugal ignorou a bibliografia etnográfica produzida até à data e os protagonistas do *Inquérito* tendem a destacar a importância da geografia humana de Orlando Ribeiro como inspiração para o levantamento¹². São contudo conhecidas as relações pessoais entre a brigada de Trás-os-Montes e a equipa de Jorge Dias, bem como aceites as suas influências no pensamento e prática de alguns dos arquitetos do *Inquérito* (e.g. Almeida e Cardoso 2007).

A afinidade entre arquitetos e antropólogos encontra-se principalmente na construção do valor cultural da arquitetura popular, do seu sentido de autenticidade, continuidade e identidade. É neste sentido que a *Arquitectura Popular* em

Portugal distingue o seu espólio de uma arquitetura urbana e erudita, que prescinde da cooperação com a natureza e sobrepõe a intenção estética à simplicidade funcional (OA 2004 [1961]: xix). Os arquitetos apresentam, desde modo, o popular como natural e o erudito como intelectual, institucionalizando uma distinção cultural que é em si social (Storey 2003), através de aproximações ao terreno da antropologia. Esta distinção suporta uma dupla reivindicação de autoridade dos arquitetos em se pronunciam sobre a cultura popular e produzir uma cultura erudita. Remete, como tal, para investimentos disciplinares mais vastos, ao recuperar o popular das apropriações acríticas da *Casa Portuguesa* pelo Estado e consubstanciar um saber específico que combatia a ideia dominante do arquiteto-artista e a primazia dos engenheiros na produção do espaço arquitetónico, desde o início do século (cf. Ribeiro 2002).

Retomando o argumento, os processos de invenção da cultura são operados na mútua implicação entre as estruturas dos sistemas e instituições e a agência dos indivíduos. Faz sentido, por isso, em segundo lugar, considerar os modos de pensar e fazer arquitetura dos protagonistas do *Inquérito* antes da sua realização, e a forma como os seus ensinamentos foram depois mobilizados em trajetos individuais nos vários campos de intervenção disciplinar. Sendo impraticável o esboço biográfico de cada arquiteto envolvido no *Inquérito*, nesta reflexão, há todavia casos que ilustram expressivamente a familiaridade entre percursos, *Inquérito* e a sua memória. Alguns dos seus protagonistas consideram-na inclusive critério de seleção e composição das equipas de terreno¹³. Fernando Távora é porventura o caso mais emblemático. Em 1945, Távora havia publicado *O Problema da Casa Portuguesa*, propondo o estudo contextualizado da realidade e arquitetura portuguesa como metodologia do exercício profissional. O arquiteto não lan-

¹¹ Idem.

¹² Idem. Ver também o artigo de Teotónio Pereira sobre "Orlando Ribeiro, mestre também de arquitectos" no jornal *Público*, edição de 14-03-1995, pág. 14.

¹³ Isso explicaria, por exemplo, a não participação de Carlos Ramos no *Inquérito*. Cf. Entrevistas realizadas a António Menéres (2013), pela autora, e a Fernando Távora (1996) por João Freitas Leal.

çou a ideia específica de um levantamento da arquitetura popular, mas deu voz a uma rutura epistemológica que antecipou ideológica e teoricamente o saber procurado pelo Inquérito (Bandeirinha 1993). A proximidade do Inquérito com o pensamento de Távora ganha densidade e expressividade no seu percurso posterior como arquiteto e professor. Nomeadamente, Távora é figura central de uma ideia de Escola do Porto concebida como expressão de uma modalidade de pensar e fazer a arquitetura contemporânea no diálogo entre tradição e modernidade, por docentes e discentes, numa articulação entre pedagogia e prática profissional (Fernandes 2010).

Outros exemplos podem ser citados de entre os protagonistas do Inquérito. É o caso de Octávio Lixo Filgueiras e a leitura atual do Inquérito como primeira investigação séria em arquitetura que informou o seu desenvolvimento ulterior (Toussaint 2009). Autor da primeira tese teórica da licenciatura em arquitetura apresentada em 1953, Filgueiras traçou um percurso profissional entre a investigação, o ensino, o património e a museologia (cf. Almeida e Cardoso 2007). A sua atividade como docente da Escola do Porto antecipou e deu continuidade ao espírito do Inquérito no ensino de uma abordagem socio-territorial à arquitetura que Filgueiras tinha como parte de uma paisagem dinâmica e cultural mais vasta (Fernandes 2010). Os ecos desta abordagem seriam mais tarde visíveis na produção de novas pesquisas sobre a arquitetura popular (e.g. Mestre 2001). Numa outra dimensão, também Nuno Teotónio Pereira ilustra o argumento. Antes de chefiar a zona mais urbana do Inquérito, já as suas preocupações urbanísticas e sociais guiavam a atividade profissional do domínio da habitação coletiva e económica (cf. Tostões 2004), e a militância no catolicismo progressista, como atitude cívica que mais tarde se conduziu a um ativismo corporativista (Pereira 1996). Não é de estranhar a sua associação a um neorealismo na arquitetura, mar-

cado por uma visão marxista sobre as condições de vida do popular rural, que tem expressão estética na fotografia do Inquérito (Oliveira 2011). De entre os protagonistas do Inquérito, Teotónio parece ser quem melhor exemplifica o projeto social e político da arquitetura moderna no comprometimento com a sociologia ou o urbanismo, que ampliaram a escala de intervenção dos arquitetos a partir dos anos 1960 (cf. Fernandez 1988).

Rematando, o primeiro prefácio de *Arquitectura Popular em Portugal* apresenta a obra como produto de um conhecimento. Os materiais escritos que falam do Inquérito sublinham-lhe fragilidades e heterogeneidade. Revisitando os percursos pessoais e profissionais dos protagonistas do Inquérito, compreende-se que aquelas resultaram de diferentes modos de pensar e fazer arquitetura, mas também suportaram a mobilização dos ensinamentos do Inquérito em vários sistemas de atuação do arquiteto – do ensino ao projeto, da investigação ao associativismo, do património ao urbanismo. Nas palavras de Teotónio Pereira, "não é que o Inquérito tenha feito despoletar qualquer destes movimentos, mas o que proporcionou foi extremamente importante"¹⁴. Neste sentido, o Inquérito foi produto e produtor de modernidade. Poderá hoje afigurar-se excessivo que o lugar ampliado do Inquérito na cultura arquitetónica portuguesa tenha por base o trajeto de 18 indivíduos. Mas este número representava, à data, cerca de 5% dos associados do Sindicato e 10% dos profissionais ativos (Gomes 2000), não incluindo sequer outros arquitetos envolvidos na produção do Inquérito, através dos vínculos à direção do SNA (e.g. Manuel Tainha) ou das Escolas (e.g. Carlos Ramos). Mais, lembrando o papel proeminente destes protagonistas na história escrita da arquitetura em Portugal, a equipa do Inquérito não é só numericamente significativa, como também simbolicamente significativa.

¹⁴ *Jornal Arquitectos* (2000, 95).

O INQUÉRITO COMO MEMÓRIA

Quando a *Arquitectura Popular em Portugal* foi reeditada em 1980 e em 1988, o seu valor de conhecimento e a autoridade que granjeou aos arquitetos na enunciação de cultura pareciam relativamente seguros. Confirmam-no os seus prefácios, ao falar de uma "acção pioneira" mas questionar "a arquitectura popular por contraposição à erudita" (2004 [1979]: xii)¹⁵; e apresentar uma "obra ímpar" que todavia "hoje se exigiria de maior amplitude disciplinar e de mais apurada metodologia" (2004 [1987]: x). Cotejando os dois textos com o prefácio de 1961, afigura-se como especialmente divergente a menção do Inquérito como ato de resistência ao regime "que continuava a impor a elaboração de um «estilo» ou de «estilos nacionais»" (2004 [1979]: xi) e expressão da "consciência de uma classe profissional que estava a emergir" (2004 [1987]: ix)¹⁶. Não são novas formulações, já que ecoam os primeiros trabalhos da história a citar o Inquérito. França escrevera sobre a "ilusão curiosa" do Estado ao apoiar uma iniciativa saída do Congresso de 1948, considerado "momento capital da resistência arquitetónica" (1974: 198); e Portas (1978 [1973]) tomava o Inquérito como "curiosa coincidência de equívocos ou fingimentos" entre Estado e Sindicato. Mas o modo como os prefácios de 1979 e 1987 convocam esta resistência e consciência de classe mostra uma alteração do lugar do Inquérito na cultura arquitetónica portuguesa, durante os anos 1980.

A primeira reedição de *Arquitectura Popular em Portugal* apresenta-se como "estímulo" para "completar as múltiplas pistas de estudo que esta obra sugere" (2004 [1979]: xii), dando futuro ao Inquérito na atualidade do tema e na necessidade de o continuar em novas realidades territoriais e socioculturais. Na segunda reedição, a obra já é um "tesouro raro" que registou "um mundo prestes a desaparecer" e o Inquérito é o resultado da "necessidade de procurar

raízes na arquitectura mais vernácula", por arquitetos que assumiram as suas "responsabilidades cívicas e culturais" (2004 [1987]: ix). Entre 1979 e 1987, *Arquitectura Popular em Portugal* e *Inquérito* adquiriram um valor de passado. Nos diferentes modos de articulação das categorias de passado, presente e futuro, a que Hartog (2006) chamou "regimes de historicidade", o tempo deixou de organizar-se com olhos postos no futuro, para estruturar-se a partir do presente como horizonte que gere e gera os seus passados e futuros. É neste sentido que a *Arquitectura Popular em Portugal* se torna um património e o *Inquérito* uma memória.

Recorde-se que os anos 1980 foram marcados pelo crescimento acentuado dos usos políticos e sociais da memória, em toda a Europa, na sequência de novas configurações geopolíticas, da emergência de uma cultura intelectual e culturalista, do desenvolvimento dos media, e das ansiedades identitárias colocadas pelas rápidas transformações do presente e incertezas sobre o futuro (Miztal 2003). Lugar estável e seguro, mas irreduzível à experiência, o passado é resgado por artefactos mnemónicos que corporizam um sentido de continuidade e identidade, lembrando, esquecendo e enfatizando traços, em função da sua inteligibilidade e significação no presente. Memória e património são, assim, constructos políticos e sociais de natureza subjetiva e seletiva que têm um notável poder evocativo e capacidade de coesão social (Gillis 1994). São realizações individuais e coletivas, construídas por fragmentos que se completam e operadas a partir de indivíduos num contexto social e cultural que os informa e por eles é informado.

O *Inquérito* e a *Arquitectura Popular em Portugal* são expressão desta corporização para um grupo particular – os arquitetos. A mobilização dos ensinamentos do *Inquérito* em diferentes domínios de atuação profissional, pelos seus protagonistas, facilitou a construção da sua experiência numa memória coletiva dos arquitetos. O poder evocativo

¹⁵ O prefácio de 1979 é assinado pela Direcção da Associação dos Arquitectos, composta por Antonieta Silva Dias, António Mattos Gomes, Celestino de Castro, Fernando Ferreira Torres, Inácio Peres Fernandes, José Charters Monteiro e José Norberto.

¹⁶ O prefácio de 1987 é da autoria de Nuno Teotónio Pereira, enquanto presidente do Conselho Directivo Nacional da Associação dos Arquitectos.

desta memória foi convocado quando as novas configurações políticas dos anos 1980 pressagiaram o reconhecimento oficial e social de um lugar cultural para a arquitetura. O Inquérito foi então duplamente celebrado: como iniciativa de arquitetos comprometidos com um projeto político e social em sintonia com o espírito de intervenção no pós-25 de Abril de 1974; e como depoimento patrimonial capaz de confirmar uma identidade cultural ameaçada pela desruralização e europeização do país, na década seguinte.

O que os prefácios de 1979 e 1987 anunciam é, assim, a construção do Inquérito como acontecimento histórico e testemunho de um mundo desaparecido. Esta dupla modalidade de passado informou e foi informada por contributos da história da arquitetura, por depoimentos biográficos dos arquitetos, e por investimentos na sua divulgação como direito social e manifestação de cultura. Foi o conjunto destes materiais que reativou os ensinamentos do Inquérito num debate sobre as suas lições estética e ética, grosseiramente estabelecidas no saber e associativismo profissional. Acontece que a memória é dinâmica e processual, a sua ativação é sempre uma reconstrução conjuntural e multivocal do passado (Misztal 2003). Examinar os debates em torno do Inquérito implica, por isso, situar as suas formulações particulares em contextos mais amplos de construção de um saber específico da arquitetura e de reivindicação da autonomia dos arquitetos. É neste sentido que o Inquérito participa nas dinâmicas de profissionalização da arquitetura, definidas pela procura de jurisdição ocupacional e do direito ao controlo do seu exercício, na aquisição e na prática de competências (Abbott 1988).

Assim, numa primeira dimensão de análise, relativa à lição estética do Inquérito, os prefácios das reedições de *Arquitectura Popular em Portugal* nos anos 1980 dão conta de novos interesses sociais e intelectuais no universo rural e tradicional que a primeira publicação do Inquérito havia

constituído digno do olhar erudito. Quando anunciam este universo como manancial de conhecimento, deixam clara a urgência em lhe dar seguimento e atualização num território cada vez mais urbanizado e industrializado, que contém outros terrenos de análise e ameaça a continuidade da arquitetura popular anterior. Não é inocente que entre a segunda e terceira edição de *Arquitectura Popular em Portugal* tenham sido iniciadas as pesquisas que deram origem à *Arquitectura Popular dos Açores* (Caldas et al 2000) e à *Arquitectura Popular da Madeira* (Mestre 2001). As duas obras assumem-se na esteira do Inquérito, uma associação que é reforçada pelos seus títulos. Mas, mais importante, publicam trabalhos que, com maior ou menor profundidade, dialogam explicitamente com o olhar de outras disciplinas (e.g. Oliveira e Galhano 1992) e reavaliam a dicotomia popular-erudito como relação de mútua implicação numa superação metodológica e teórica do objeto da sua inspiração. Introduzindo a última obra da trilogia *Arquitectura Popular*, Teotónio Pereira e Távora, dois dos seus primeiros protagonistas, diriam que a Madeira encerra o ciclo do Inquérito ao mesmo tempo que lhe avança um "grande passo".

Nesta atualização, é de destacar o reencontro de arquitetos e antropólogos no território comum da arquitetura rural e popular, agora permeado pela vida urbana e moderna, na sequência da desruralização, urbanização e dos fluxos migratórios e turísticos que se fizeram sentir a partir dos anos 1970. Num primeiro tempo, uns e outros manifestaram "um certo desconforto em relação a situações híbridas" (Leal 2011:73) que dessacralizavam a casa como tecnologia de produção¹⁷ e tinham um efeito descaracterizador das paisagens rurais e urbanas¹⁸. Num segundo tempo, a dicotomia popular-erudito aproximou-se de uma dialogia à luz de novos recortes teóricos da antropologia, com destaque para as Culturas Híbridas pós-modernas de Garcia Canclini, e da arquitetura, marcada por uma crise de pa-

¹⁷ E.g. Comunicação Ernesto Veiga de Oliveira no XXIX Congresso Luso-Espanhol (1970) sob o título "Persistência e evolução da habitação tradicional" (em Oliveira e Galhano 1992).

¹⁸ A este respeito é particularmente relevante o debate suscitado pela exposição itinerante *Casas Modernas e Paisagens Antigas*, sobre a qual se manifestaram arquitetos como Teotónio Pereira (*Jornal Arquitectos* 8-9 (1982):20) e José Manuel Fernandes (*Arquitectura* 150 (1983)).

radigmas dominantes na pós-modernidade. No estudo da arquitetura de não arquitetos, os antropólogos repensaram o popular como compromisso entre dois mundos, a ruralidade e a modernidade, no contexto das novas mobilidades territoriais e sociais da emigração (e.g. Villanova et al 1995). Por sua vez, os arquitetos ultrapassaram os juízos de gosto para se focarem nas questões de ordem cultural e territorial que marcavam a transformação profunda da paisagem rural e urbana, em debates presentes nos congressos e na imprensa especializada¹⁹. No entanto, embora as atitudes pedagógicas e as posturas estéticas iniciais face às novas arquiteturas populares tenham vindo a diluir-se com o passar da década de 1980, a sua permeabilização ao universo urbano, moderno e erudito parece ter sido moderada em novas pesquisas sobre um popular que adquiriu adjetivações.

Ao mesmo tempo que a casa do emigrante e a construção clandestina eram vistas como expressões de cultura popular, o popular do Inquérito tornou-se tradicional²⁰ e vernacular (e.g. Caldas et al 2000). Não são designações consensuais, mas tal como a arquitetura do Inquérito deixou de ser regional para se tornar popular em 1961, numa atitude reivindicativa de categorias de cultura²¹, são designações que atualizam distinções sociais e culturais nos modos de apropriação e produção da arquitetura. Sem fronteiras claras, aceita-se a cultura de massas como fenómeno cultural e as mútuas apropriações entre o popular e o erudito, mas persiste-se num entendimento da arquitetura popular-vernacular como manifestação de cultura tradicional. É sugestivo o modo como o Inquérito aos Açores trata as influências eruditas e exógenas das casas rurais, mas lhes confere um

sentido de tradição na representação da migração e da emigração como fenómenos intrínsecos à identidade do lugar. Mesmo no domínio do exercício profissional, a apropriação do popular-tradicional e do popular-moderno em arquiteturas pós-modernas mais próximas dos pastiches e ironias do "vernacular comercial" de Venturi ou do "regionalismo crítico" de Frampton, respetivamente, não são modos de pensar e fazer arquitetura consensuais. Basta lembrar a controvérsia em torno da exposição Depois do modernismo (1983)²², que parece ter sedimentado a diferença das abordagens à arquitetura em Lisboa e no Porto, uma orientada pela vontade cenográfica e pluralidade estilística, outra estruturada no valor do desenho e do passado (Portas e Mendes 1991). A velha categoria de popular parece, deste modo, persistir numa fragmentação dos modos de pensar e fazer arquitetura, distintos na permissividade estética do pós-moderno e na recuperação formal do moderno, mas que têm em comum a reivindicação de uma autoridade sobre a cultura.

Esta autoridade dos arquitetos em se pronunciarem sobre a cultura (arquitetónica) é essencial para compreender a segunda dimensão da memória do Inquérito nos anos 1980, relativa à rememoração da sua lição ética. As reedições de *Arquitetura Popular* em Portugal e a sua continuidade e atualização por novas pesquisas sobre o tema reforçaram a ideia de um saber específico dos arquitetos. Validado nos diálogos intelectuais, este saber precisava de reconhecimento público para institucionalizar uma autonomia disciplinar e cumprir uma jurisdição profissional (cf. Abbott 1988). Alguns factos parecem confirmar que o Inquérito foi um dos capitais mobilizados neste processo de

¹⁹ Destacam-se aqui os artigos publicados no *Jornal Arquitectos* da autoria de José Pedro Martins Barata (1982, 5:8-9), de Pedro Brandão (1984, 31/32:4-5) e de Carlos Guerra (1988, 67:9); e as comunicações de Mário Moutinho, Clara Vieira e Raul Veríssimo no 2º Congresso dos Arquitectos em 1981.

²⁰ Entrevistas realizadas a Nuno Teotónio Pereira (2012) e António Menéres (2013).

²¹ Entrevista realizada a Francisco Silva Dias (2012). A alteração do nome do Inquérito na publicação dos seus resultados foi uma decisão de última hora, imprecisa na autoria, mas presumivelmente proveniente da direção do Sindicato.

²² O debate em torno da exposição Depois do modernismo foi divulgado pelo *Jornal Arquitectos*, com destaque para o número 16/17/18 e os artigos de João Paciência, Michel Toussaint e Manuel Graça Dias; mas também teve presença na imprensa generalista (e.g. *Jornal de Letras*, 18 a 31 de Janeiro de 1983).



profissionalização. Por um lado, as duas publicações coincidiram no tempo com a formalização da organização civil dos arquitetos como Associação de direito privado (1978) e de direito público (1988). Por outro lado, os seus prefácios foram assinados por arquitetos envolvidos na realização do Inquérito, Inácio Peres Fernandes à frente do SNA (1951-1959), Celestino de Castro, Fernando Torres e Nuno Teotónio Pereira, como protagonistas. Mas, fundamentalmente, é o seu teor que sublinha a natureza política e corporativa do Inquérito.

As primeiras notícias do Inquérito, em 1958, não anunciaram qualquer posicionamento político, mas o cariz ideológico das objeções a uma "arquitetura portuguesa" cedo gerou a sua inclusão no "movimento de reivindicações" que os arquitetos consideram ter-se desenvolvido após o Congresso de 1948²³. Esta associação foi depois ratificada pelas primeiras menções ao Inquérito na história da arquitetura (França 1974, Portas 1978) e posteriores teses de uma arquitetura do regime e de uma arquitetura de resistência ao regime, entre outros, defendidas por Nuno Teotónio Pereira (e.g. Pereira e Fernandes 1992, Pereira 1996, 1997). Como em toda a memória, houve contestações ao Inquérito como oposição a uma "arquitetura do regime" e à plausibilidade desta, tendo Vieira de Almeida colocado o Congresso no domínio do mito, logo em 1986. Mas só com a década de 1990 a questão foi reavaliada criticamente no estudo das relações mais amplas entre poder e arquitetos. Questionou-se então a oposição dos propósitos do SNA e do MOP no lançamento do Inquérito à Arquitetura Regional (Ollero 2001) e a ingenuidade de um Estado que já publicara e censurara o Inquérito à Habitação Rural na década de 1940 (Maia e Cardoso 2011). Esta moderação pode ser entendida na distância temporal a Abril de 1974 e na possibilidade de visitar o passado estado-novista sem a carga ideológica do período pós-revolução. É de modo análogo que os anos 1980, marcados pelo projeto político e social

de 1974, clarificam a mobilização de um Inquérito com um certo carácter contestatário e democratizante na luta dos arquitetos pelo direito social e direito profissional à arquitetura, travada em arenas tão díspares quanto os congressos da Associação e os processo SAAL.

A procura deste reconhecimento institucional pelos arquitetos foi acompanhada por investimentos no lugar público da arquitetura, a partir dos anos 1980. Inicialmente, estes investimentos pouco saíram da esfera restrita da profissão, mas a preocupação com a ressonância social do valor da arquitetura era latente no diálogo que o *Jornal Architectos* procurava entre os profissionais e entre estes e a sociedade civil²⁴. O património e o urbanismo eram temas centrais nestes diálogos, não só possuindo particular visibilidade na sociedade, como constituindo áreas de intervenção da arquitetura que lhe reforçavam uma autonomia disciplinar desde meados do século (Ribeiro 2002). A partir destes dois temas, a revista *Arquitectura* e o *Jornal Architectos* debateram modernidade e pós-modernidade, revisitaram arquiteturas nacionalistas e regionalistas, de arquitetos e de não arquitetos, e lembraram o Congresso e o Inquérito, para discutir os problemas da profissão, com destaque para o ensino e a jurisdição (cf. Reis 2007). Ser arquiteto era então participar em processos de comunicação de categorias de cultura, fazer parte dos "novos intermediários culturais", que deixaram de transmitir o gosto da classe social dominante, para elaborar e reformular significados culturais para o grande público (Bovone 1997). Com o aproximar do fim da década, estes investimentos alargaram-se à esfera da opinião pública com o aparecimento de artigos de opinião e crónicas de arquitetos na imprensa generalista (e.g. Dias 1992). Já nos anos 1990, a sua assiduidade consolidou a arquitetura como campo cultural e a multiplicação de notícias de prémios e eventos na esfera mediática constituiu a arquitetura num objeto de disputa simbólica exterior à profissão (Gadano 2010). Enquadrado por estes processos, o

²³ Cf. Editorial da revista *Arquitectura*, 62 (1958).

²⁴ Cf. editorial do primeiro número do *Jornal Architectos* (1981).



Inquérito é citado em homenagens aos seus protagonistas, na revisitação da arquitetura popular ou na celebração da arquitetura moderna portuguesa, adquirindo um lugar fora da esfera profissional²⁵.

Em suma, o Inquérito como conhecimento em 1961 é continuado e atualizado em reedições e novas pesquisas sobre a arquitetura popular, no quadro das transformações do mundo rural português, a partir dos anos 1980. Estes materiais convocaram a memória das lições estética e ética de *Arquitectura Popular em Portugal* na reconfiguração de categorias de cultura em diálogo com outros discursos intelectuais; num primeiro tempo ao serviço de um projeto associativo que aspirava a ratificação pública da especificidade da arquitetura, e num segundo momento em busca do reconhecimento público da arquitetura como produto e produção de cultura nacional.

O INQUÉRITO COMO HISTÓRIA

A ativação da memória do Inquérito na construção da arquitetura como profissão, produto e produção de cultura, desde a década de 70, acabou por outorgar-lhe um lugar na história. Este lugar é múltiplo e inclui contradições porque desenhado na amplitude das apropriações do Inquérito ao longo do tempo e negociado nas visões, poderes e interesses de diferentes atores. Mas a história deixou de ser concebida na pretensão de objetividade e na exclusividade dos historiadores, por uma revisão epistemológica que aceita a memória como uma das suas matrizes e prefere falar de "cultura histórica" para dar conta do conjunto de recursos e práticas sociais através dos quais uma sociedade interpreta, comunica e objetiva o seu passado (Rusen 1994). Na última reedição de *Arquitectura Popular em Portugal*, a propósito do Ano Nacional da Arquitetura (2003), o prefácio de Helena Roseta vai ainda mais longe quando o anuncia "um dos actos fundadores da arquitetura moderna portuguesa" (2004: v). O texto retoma formulações anteriores sobre a au-

tenticidade, racionalidade e beleza da arquitetura popular, recorda como a lição estética e ética do Inquérito tem sido atualizada e deve ser preservada na autonomia da arquitetura face a imposições estilísticas de novas naturezas. O que é novo é o modo como o Inquérito é convocado para falar de identidade.

A ideia de identidade começa por ser situada no espólio que a *Arquitectura Popular em Portugal* registou: uma relação entre homem e meio que faz parte do nosso património cultural. Depois, o Inquérito é apresentado como uma "história de amor" pela paisagem nacional que informou "a contribuição original dos portugueses na arquitectura moderna internacional" (2004: vi). É inequívoca a associação do Inquérito ao desenvolvimento de uma "terceira via" para a arquitetura – nem modernista, nem tradicionalista – que parte da literatura científica defende ter sido o seu grande motor e êxito (e.g. Tostões 1994). Trata-se de um modo de pensar e fazer arquitetura que conjuga aspetos formais e tecnológicos da tradição e da modernidade numa intervenção contemporânea sobre o passado que responde às necessidades e anseios do presente. Só que "preservar e renovar" é agora um modo de "sobreviver num Mundo global e competitivo" (2004:vii), que reforça uma distinção cultural e um sentido de identidade nacional. A última edição do Inquérito propõe, assim, um futuro para a arquitetura popular na produção erudita de uma arquitetura contemporânea, dando corpo ao "presentismo" que Hartog (2006) considera estruturar a apreensão atual de temporalidade.

O caminho que o último prefácio de *Arquitectura Popular em Portugal* propõe é esboçado num diálogo entre tradição e modernidade que recupera debates anteriores, mas reajusta-se a novos modos de pensar a arquitetura de arquitetos e não arquitetos. Sobre estes falam os materiais mais recentes que tematizam o Inquérito, ao convocar duas dimensões desta dialogia. Uma primeira dimensão diz respeito à recolocação de categorias de cultura popu-

²⁵ A título de exemplo, há alusões ao Inquérito a propósito da exposição sobre a obra de Keil do Amaral em 1999, do I Congresso Internacional de Arquitectura Popular na Universidade Lusíada do Porto em 1998, da exposição da *Arquitectura do Século XX* no Centro Cultural de Belém em 1998, e do lançamento do livro de Ana Tostões sobre *Os Verdes Anos 50* na arquitetura portuguesa (1997).



lar e erudita. Reconhece-se que popular e erudito sempre foram mutuamente implicados, mas as expressões híbridas de cultura arquitetónica são diferenciadas pelo discurso intelectual em função dos atores de produção e dos significados produzidos. O prefácio de Helena Roseta ilustra-o quando se refere aos "territórios sem história" construídos por um popular "clandestino" (2004:v) e à necessidade de "voltar a um passado" sem o "mimetizar" (2004:vi). É verdade que a pós-modernidade questionou o elitismo da cultura erudita moderna numa sensibilidade à produção capitalista e à cultura de massas que reconfigurou a ideia de cultura popular. Mas, ainda que consequente numa democratização do acesso e dos repertórios de cultura, esta sensibilidade mantém-se inscrita na organização da vida moral e cultural de uma sociedade pelo discurso e prática dos intelectuais (cf. Storey 2003).

O entendimento erudito do popular parece hoje ser marcado por movimentos simultâneos de ampliação e constricção. Por um lado, como mostra o último prefácio do Inquérito, há uma patrimonialização do popular como "ligação tradicional e herdada entre o homem e o meio" que exclui outra "arquitetura espontânea" "do povo" e "para o povo", como a construção clandestina ou de emigrantes (2004: v)²⁶. É um velho popular que, tendo em conta o fim anunciado dos modos de vida tradicionais, sobrevive na atualização das suas tecnologias de construção e na divulgação do seu património em exposições e publicações (e.g. Menéres 2012)²⁷. Por outro lado, velhos e novos populares persistem como fonte de conhecimento e tema de inspiração para pensar e fazer arquitetura contemporânea. Não são apenas intelectualizados numa "reinvenção do vernáculo" por arquiteturas que incorporam referências populares e eruditas, tradicionais e modernas, endógenas e exógenas ao lugar (e.g. Caldas 2011). Velhos e novos populares são também repensados no quadro de novas dinâmicas sociais como expressões de uma democratização da cultura com dois sentidos. Num sentido descendente, a arquitetura de

não arquitetos passou também a manifestar uma sensibilidade às representações e interpretações eruditas dos velhos populares (e.g. Mestre 2012). Num sentido ascendente, os novos populares são agora objeto de um olhar erudito que ultrapassou juízos de gosto e visões culturalistas, para pensá-los como produto e produção de arquitetura sujeita à história, teoria e crítica disciplinar (e.g. Tavares 2008). O vernacular persiste, assim, como tema e inspiração na arquitetura, mas os seus entendimentos e apropriações são plurais, abrangendo desde as atitudes mais nostálgicas aos vanguardismos intelectuais, umas e outros herdeiros do olhar e ensinamentos do Inquérito, em Portugal (Sobral 2009). Os arquitetos mantêm, todavia, o poder de enunciar o que é e não é arquitetura ao controlar os seus sistemas e instituições.

Numa segunda dimensão, o diálogo entre tradição e modernidade que tem centrado um dos debates sobre o Inquérito remete para a construção de uma especificidade da arquitetura portuguesa. Num primeiro tempo, este diálogo foi pensado como resultado dos ensinamentos técnicos e estéticos da *Arquitectura Popular em Portugal* (e.g. Tostões 1994). O Inquérito seria pioneiro, não só como estudo sistematizado da arquitetura popular (Toussaint 2009), mas também no entendimento moderno da arquitetura como interseção entre espaço construído, formas de povoamento e estilos de vida (e.g. Tostões 2012). Mais recentemente, este pioneirismo foi moderado pelo resgate dos trabalhos precursores de Raul Lino, Orlando Ribeiro, agrónomos e antropólogos (e.g. Almeida 2008), contestado na evocação de exposições e publicações europeias afins, realizadas antes dos anos 50 (e.g. André 2012), e relativizado nas relações entre arquitetos portugueses e seus colegas estrangeiros, já antes procurando na tradição lições para a arquitetura moderna (e.g. Matos e Ramos 2007). Neste esgrimir de posições, houve mesmo quem defendesse a incapacidade do Inquérito em ultrapassar a polémica de um "estilo português" (Tavares 2008). Nacionalismo e regionalismo na

²⁶ O prefácio cita a definição de vernacular de Paul Oliver, autor da primeira enciclopédia de arquitetura popular no mundo, em 1997.



arquitetura seriam assim dois processos conscientes de descontextualização, interpretação e apropriação da cultura popular, ideologicamente distintos, mas metodologicamente familiares (Martins 1999).

A emblematização do Inquérito como fundador da arquitetura moderna portuguesa e a relativização do seu determinismo no diálogo desta com a tradição não ameaçam, todavia o lugar do Inquérito na história da arquitetura em Portugal. Ilustra-o o mais recente levantamento da Ordem dos Arquitectos sobre a Arquitectura do Século XX (IAP XX), lançado no mesmo ano que preparada a última edição do primeiro Inquérito. Pese embora a discordância dos seus protagonistas²⁸, o IAP XX assume a inspiração do trabalho do SNA na estrutura e metodologia utilizada, mobilizando um capital da organização dos arquitetos. Caricadamente, a arquitetura que pretende dar conhecer e salvaguardar é "de autor" e reúne no capítulo da modernidade portuguesa exemplares da casa portuguesa, do estilo internacional, dos regionalismos pós-Inquérito e dos ecletismos pós-modernos, até recentemente concebidos em sistemas de oposição. Ao Inquérito de 1961, que apoiou o alargamento do património monumental às heranças do mundo rural e popular, juntou-se um inquérito que ampliou o passado no tempo, trazendo-o até ao presente.

É certo que a ideia de património moderno vinha sendo sucessivamente afluída na imprensa especializada, desde que Nuno Portas advertiu para a necessidade da sua historiografia e salvaguarda em 1961²⁹. Mas é o IAP XX que formaliza institucionalmente o diálogo entre tradição e modernidade como a especificidade da arquitetura moderna portuguesa, que o último prefácio de *Arquitetura Popular* em Portugal anuncia. A sequência de continuidades e rutu-

ras é uma estrutura formal da narrativa histórica que produz a sua pontuação e lhe distingue períodos (Zerubavel 2003). Este processo de periodização está a ser redesenhado pela revisitação da arquitetura do século XX. Ao construir as relações entre tradição e modernidade como produto de erudição e traço hegemónico da cultura arquitetónica portuguesa (Tostões 2006), o IAP XX confere um sentido de continuidade à arquitetura moderna produzida em Portugal. O Inquérito torna-se, assim, mais do que uma charneira no modo de pensar e fazer arquitetura, na objetivação de uma sensibilidade que lhe é preexistente (Ollero 2001). Pontua, não obstante, o momento a partir do qual a relação entre tradição e modernidade se reveste de maior erudição, num conjunto de pesquisas que revisitam os percursos de Távora, Siza ou Souto de Moura, enquanto protagonistas de "outras casas portuguesas" (e.g. Ribeiro 2010).

A sensibilidade da modernidade à tradição traduz hoje uma especificidade da arquitetura portuguesa. Para vários autores, é uma especificidade que recua a séculos anteriores, quer como resultado de "sínteses originais" de modelos internacionais, não apreendidos teoricamente, mas apropriados e adaptados pelo saber empírico em Portugal (Costa 1995); quer como "vernaculismo" próprio da arquitetura portuguesa, que transcende tempos, espaços e grupos sociais, não podendo ser entendido como expressão híbrida de cultura (Caldas 1999). No âmbito de uma reflexão sobre a memória do Inquérito, interessa porém compreender o contexto atual no qual esta especificidade é ativada. No plano profissional, a Associação dos Arquitectos foi transformada em Ordem profissional em 1998 e o fim anunciado do decreto 73/73 previa para breve o fechamento da jurisdição dos arquitetos³⁰. A multiplicação de escolas públicas

²⁷ A este respeito, note-se o crescente número de publicações e eventos dedicados a sistemas e materiais de construção tradicional, especialmente rural, e sua apropriação na proposição teórica e projectual de "arquiteturas de terra" ou "arquiteturas sustentáveis".

²⁸ Entrevistas realizadas aos membros das equipas de Lisboa e do Sul do IAP XX (2012).

²⁹ Ver editorial da revista *Arquitetura* (1961, 72:3)

³⁰ O decreto 73/73 foi revogado pela Lei 31/2009 de 3 de Julho.

e privadas no país e as dinâmicas de um mercado profissional saturado favoreceram a democratização do acesso à arquitetura e a diversificação de campos de atuação dos arquitetos (cf. Gomes 2000). Num plano disciplinar, a falta de paradigmas da arquitetura pós-moderna e a mediatização de autores e obras no star-system nacional e internacional levaram à simultânea pluralização e individualização estética da arquitetura (cf. Gadanho 2010). Numa outra dimensão, democratização, individualismo e pluralismo são fenômenos marcantes do modo como a cultura é pensada, produzida e consumida hoje, com ecos numa desnaturalização das identidades e popularização do passado (cf. Gillis 1994). Neste sentido, os investimentos na especificidade da arquitetura portuguesa podem porventura ser sinal da segurança ontológica de uma classe profissional que resgata a autoridade do passado e lhe confere continuidade em discursos e práticas culturais que representam e realizam a sua identidade no presente.

NOTA FINAL

Convocada por materiais de natureza distinta, a memória do Inquérito permite o acesso a um passado reconstruído pelo presente através de atos de rememoração e esquecimento que lhe reformulam significados (cf. Misztal 2003). Ativada em diferentes tempos, a memória do Inquérito informa e é informada por modalidades distintas de pensar e fazer arquitetura, ilustrando os processos de reinvenção do popular operados entre a estrutura das instituições e a agência dos indivíduos (cf. Storey 2003). Integra, deste modo, as dinâmicas de profissionalização da arquitetura, ao confirmar um saber específico agenciado na busca jurisdicional pelo direito ao controlo da aquisição e exercício de competências dos arquitetos (Abbott 1988). É nesta perspectiva que as reedições *Arquitectura Popular em Portugal*

são sugestivas do modo como a memória do Inquérito foi mobilizada na construção da arquitetura como produto e produção de cultura, como disciplina e profissão.

A reflexão apresentada não se propôs resolver as contradições dos materiais que falam do Inquérito sobre o seu pioneirismo e fragilidades metodológicas, ou sobre o seu determinismo na formação da classe dos arquitetos e na arquitetura moderna portuguesa. Tão pouco trata o texto de todas as questões que envolvem a memória do Inquérito nas últimas décadas. Seria pertinente, por exemplo, examinar relações de poder e motivações económicas internas à organização dos arquitetos, de modo a não reificar significados na leitura das reedições de *Arquitectura Popular em Portugal*. O que se pretendeu foi situar a memória do Inquérito em quadros mais alargados, onde o debate transdisciplinar sobre o popular e o debate profissional sobre a arquitetura se destacam, percebendo porque o Inquérito ganhou espessura na história da arquitetura e dos arquitetos em Portugal. Se a tangibilidade e perenidade da arquitetura a constituem objeto privilegiado para construir e falar de passado, o sentido de tradição e autenticidade do popular convoca uma ideia de identidade nacional. Sobre arquitetura e sobre popular, o Inquérito sanciona assim a autoridade dos arquitetos em se pronunciar sobre a cultura e a sua memória atualiza o território da profissão face aos problemas que a modernidade lhe vai colocando. Neste sentido, a *Arquitectura Popular em Portugal* é um capital privilegiado que permite aos arquitetos redefinirem a arquitetura no diálogo com o exterior, diferentemente de outros aparatos mnemónicos, com o Congresso de 1948, cuja retórica disciplinadora tem pouca ressonância para além da esfera restrita da profissão.



REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABBOTT, Andrew, 1988. *The System of Professions: An Essay on the Division of Expert Labor*. Chicago, University of Chicago Press.

ALMEIDA, Pedro Vieira de, 2008. *Apontamentos para uma Teoria da Arquitectura*. Lisboa, Livros Horizonte.

ALMEIDA, Pedro Vieira de, e Alexandra Cardoso, 2007. *Octávio Lixa Filgueiras: Arquitecto (1922-1996)*. Porto, Centro de Estudos Arnaldo Araújo / Escola Superior Artística do Porto.

ANDRÉ, Paula, 2012. "Surveys, travels and disclosure of vernacular architecture in the Portuguese and European context", em *International Conference Proceedings: Surveys on Vernacular Architecture: Their Significance in 20th Century Architectural Cultural*. Porto, ESAP-CEAA, 111-123.

BANDEIRINHA, José António Oliveira, 1993. *Quinas vivas: Memória Descritiva de alguns episódios significativos do conflito entre fazer moderno e fazer nacional na arquitectura portuguesa do anos 40*. Porto, FAUP Publicações.

BOVONE, Laura, 1997. "Os Novos Intermediários Culturais: Considerações sobre a cultura pós-moderna", em Carlos Fortuna (org.), *Cidade, Cultura e Globalização*. Oeiras, Celta, 105-120.

CALDAS, João Vieira, 1999. *A casa rural dos arredores de Lisboa no século XVIII*. Porto, Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto.

CALDAS, João Vieira, 2011. "Casas, Museus e Conventos. A reinvenção do património", em Paulo Gouveia e Ana Vaz Milheiro, *A Reinvenção do Vernáculo / Paulo Gouveia*. Açores, Direção Regional da Cultura, 17-24.

CALDAS, João Vieira, et al, 2000. *Arquitectura Popular dos Açores*. Lisboa, Ordem dos Arquitectos.

CARDOSO, Alexandra, e Maria Helena MAIA, 2011. "Arquitectura e poder. Para uma historiografia do Movimento Moderno em Portugal", em *Encontros do CEAA/7: Apropriações do Movimento Moderno*. Zamora, Fundação Rei Afonso Henriques.

COSTA, Alexandre Alves, 1995. *Introdução ao Estudo da História da Arquitectura Portuguesa*. Porto, FAUP Publicações.

DIAS, Manuel Graça, 1992. *Vida Moderna*. Mirandela, João Azevedo.

FERNANDES, Eduardo, 2010. *A Escolha do Porto: contributos para a actualização de uma ideia de Escola*. Minho, Universidade do Minho, tese de doutoramento em arquitetura.

FERNANDES, José Manuel, Helena Maia e Pedro Vieira de Almeida, 1986. "As décadas pós-congresso", em *História da Arte em Portugal*, vol.14. Lisboa, Publicações Alfa.

FERNANDEZ, Sérgio, 1988. *Percurso da Arquitectura Portuguesa, 1930-1974*. Porto, FAUP Publicações.

FRANÇA, José-Augusto 1974. *A Arte em Portugal no Século XX: 1911-1961*. Venda Nova, Bertrand.

GADANHO, Pedro, 2010. *Arquitectura em Público*. Porto, Dafne Editora.

GILLIS, John, 1994. "Memory and Identity: The History of a Relationship", em *Commemorations: the politics of national identity*. Princeton, Princeton University Press, 3-24.

GOMES, Sandra Pinto, 2000. *A Construção da Profissionalização dos Arquitectos em Portugal: Um Estudo Sociológico*. Lisboa, ISCTE, tese de mestrado em sociologia.

HARTOG, François, 2006. "Tempos do Mundo, História, Escrita da História", em Manoel Luiz Salgado Guimarães (org.), *Estudos sobre a Escrita da História*. Rio de Janeiro, 7 Letras, 15-25.

LEAL, João, 2000. *Etnografias Portuguesas (1870-1970) Cultura Popular e Identidade Nacional*. Lisboa, Publicações Dom Quixote.

LEAL, João, 2011. "Entre o Vernáculo e o Híbrido: a partir do Inquérito à Arquitectura Popular em Portugal", *Joelho*, 2: 68-83.

MAIA, Maria Helena e Alexandra Cardoso, 2012. "O Inquérito à Arquitectura Regional: contributo para uma historiografia do Movimento Moderno em Portugal", em *IV Congresso de História de Arte Portuguesa [on line]*. Disponível em <www.ceaa.pt> (acesso em 13-02-2013).

MARTINS, João Paulo, 1999. "Portuguesismo: Nacionalismo e Regionalismo na acção da DGEMN: Complexidade e algumas contradições na arquitectura portuguesa", em João Vieira Caldas (coord), *Caminhos do Património*. Lisboa, DGEMN e Livros Horizonte, 115-132.

MATOS, Madalena Cunha e Tânia Beisl Ramos, 2007. "Lucio Costa, Raul Lino e Carlos Ramos. Convergências e divergências de percursos", *Artitextos*, 5: 84-100.

MENDES, Manuel, 1987. "Os Anos 50. Entre a autonomia criativa do "novo" e a crítica ao espaço indiferenciado, ao modelo transferível – os compromissos realistas do "estilo internacional", *Revista de Arquitectura: Publicação Trimestral da Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto*, I (0): 25-54.

MENÉRES, António, 2012. *Memórias do Tempo e do Património Construído: Exposição de fotografias de António Menéres*. Viseu.

MESTRE, Victor, 2001. *Arquitectura Popular da Madeira*. Lisboa, Argumentum.

MESTRE, Victor, 2012. "The decline and contaminations of post-survey architecture in architecture without architects (1955-1985)", em *International Conference Proceedings: Surveys on Vernacular Architecture: Their Significance in 20th Century Architectural Cultural*. Porto, ESAP-CEAA, 332-343.



MISZTAL, Barbara, 2003. Theories of social remembering. Maidenhead, Open University.

OA, Ordem dos Arquitectos, 2004. Arquitectura Popular em Portugal. Lisboa, Ordem dos Arquitectos.

OLIVEIRA, Ernesto Veiga de, e Fernando Galhano, 1992. Arquitectura Tradicional Portuguesa. Lisboa, Publicações Dom Quixote.

OLIVEIRA, Inês, 2011. A Fotografia no Inquérito da Arquitectura Popular em Portugal. Coimbra, Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra, tese de mestrado integrado em arquitetura.

OLLERO, Rodrigo, 2001. Letter to Raul Lino: Cultural Identity in Portuguese Architecture. Manchester, University of Salford, tese de doutoramento.

PEREIRA, Nuno Teotónio, 1996. Escritos (1947-1996, selecção). Porto, FAUP Publicações.

PEREIRA, Nuno Teotónio, 1997. "A Arquitectura de Regime, 1938-1948", em Annette Becker, Ana Tostões e Wilfried Wang, Arquitectura do século XX. Munique, Prestel, 33-39.

PEREIRA, Nuno Teotónio, e José Manuel Fernandes, 1982. "A arquitectura do fascismo em Portugal" em O Fascismo em Portugal: Actas do Colóquio. Lisboa, Regra do Jogo, 533-551.

PORTAS, Nuno, 1978. "A evolução da arquitectura moderna em Portugal, uma interpretação", em Bruno Zevi, História da Arquitectura Moderna. Lisboa, Ed. Arcádia.

PORTAS, Nuno, e Manuel Mendes (org.), 1991. Arquitectura Portuguesa Contemporânea: Anos Sessenta / Anos Oitenta. Porto, Fundação Serralves.

REIS, Sofia Borges Simões dos, 2007. 74-86 Arquitectura em Portugal: uma leitura a partir da imprensa. Coimbra, Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra, tese de mestrado em arquitetura.

RIBEIRO, Ana Isabel, 2002. Arquitectos portugueses – 90 Anos de vida associativa 1863-1953. Porto, FAUP Publicações.

RIBEIRO, Helena Sofia, 2010. Outras Casas Portuguesas. Uma reflexão sobre o momento de revisão crítica da arquitectura moderna dos anos 50 e o seu contributo na arquitectura contemporânea. Coimbra, Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra, tese de mestrado em arquitetura.

RÜSEN, Jörn, 1994. "Qué es la cultura histórica?: Reflexiones sobre una nueva manera de abordar la historia" [tradução para espanhol de Fernando Sánchez Costa e Ib Schumacher], em Klaus Füssmann, Heinrich Theodor Grütter, Jörn Rüsen (eds), Historische Faszination. Geschichtskultur heute. Böhlau-Verlag GmbH, 3-26, Disponível em <<http://www.culturahistorica.es>> (acesso em 7-2-2013).

SOBRAL, Luís Pedro Pires, 2009. Arquitectura com algum pedigree. O vernacular na arquitectura portuguesa. Coimbra, Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra, tese de mestrado integrado em arquitetura.

STOREY, John, 2003. Inventing Popular Culture: From Folklore to Globalization. Oxford, Blackwell Publishing.

TAVARES, Domingos, 2008. Francisco Farinhas: realismo moderno. Porto, Dafne Editora.

TOSTÕES, Ana, 1994. Os Verdes Anos na Arquitectura Portuguesa dos Anos 50. Lisboa, Universidade Nova, tese de mestrado em história da arte contemporânea.

TOSTÕES, Ana (coord.), 2004. Arquitectura e Cidadania: Atelier Nuno Teotónio Pereira. Lisboa, Quimera.

TOSTÕES, Ana, 2006. "Sob o Signo do Inquérito", em Inquérito à Arquitectura do Século XX em Portugal. Lisboa, Ordem dos Arquitectos, 17-36.

TOSTÕES, Ana, 2012. "The Survey as a Knowledge Process and a Critic Tool. Some topics to debate" em International Conference Proceedings: Surveys on Vernacular Architecture: Their Significance in 20th Century Architectural Cultural. Porto, ESAP-CEAA, 36-51.

TOUSSAINT, Michel, 2009. Da Arquitectura à Teoria e o Universo da Teoria da Arquitectura em Portugal na Primeira Metade do Século XX. Lisboa, Faculdade de Arquitectura da Universidade Técnica de Lisboa, tese de doutoramento em teoria da arquitetura.

VILLANOVA, Roselyne, Carolina leite e Isabel raposo, 1995. Casas de Sonhos: emigrantes construtores no norte de Portugal. Lisboa, Salamandra.

ZERUBAVEL, Eviatar, 2003. Collective Memory and the Social Shape of the Past: Time Maps. EUA, The University of Chicago Press.

